

1871
Junho

de que, principalmente em razão dos filhos menores se não deixaria prescindir da habilitação em forma legal.

D^o Sr. C. S. Vasconcellos

14

8.

N^o 1455
Peirns
Atenção do processo dos moradores do preg.^o de Ponte do Pargo que pedem a annexação do Conc.^o e Julg.^o de Porto Moniz.

A conferencia dos Fiscaes da ordem e Fazenda foi remettida com officio de 24 de Março de 1871 apedido pela Secretaria d' Estado dos Negocios do Reino, o processo junto, no qual os moradores da freguesia da Ponte do Pargo em N^o de 152, cujas assignaturas estão devidamente reconhecidas pedem a Vossa Magestade que a dita freguesia seja desannexada do Conc.^o e Julgado de Porto Moniz e passe a pertencer ao da Calheta amboz do Conc.^o accidental do Funchal, districto administrativo do mesmo nome. Mostra-se pelo censo do N^o de Janeiro de 1864 que o Conc.^o de Porto Moniz é composto de 5 freguesias com 1639 fogos e 5948 almas; e assim que, desannexada a freguesia do Ponte do Pargo de 488 fogos, e 2070 almas ficaria o d.^o municipio e julgado reduzido a 950 fogos e 3978 almas. Mostra-se pela acta junta ao processo que a camara do Porto Moniz não só votou por unanimidade de 5 votos em favor da desannexação, mas

1871
Junho

ate reconhecer a impossibilidade de subsistir o Municipio, ainda que a dita freguesia nao seja transferida; ja por que a maior parte do pessoal administrativo do Conc.^o reside na freguesia do Livramento, cortada de communicaçoes, na estacao do inverno pela caudalosa ribeira da gamella que nao tem ponte nem da Trava transitavel; ja pela falta de recursos para cuitar os encargos municipaes sem grande vexame dos contribuintes. Considerando porcm, que entre os 152 requerentes dos quaes somente 15 sabiam assignar o seu nome, ha mais de $\frac{2}{3}$ dos Eleitores da freguesia da Ponta do Largo, segundo verificou o Governador Civil sobre o recenseamento politico de 227 comparatianos. Considerando que o Magistrado superior da adm.^{ca}, e o respectivo Cons.^o de Districto, a Camara Municipal do Boncelho do Catheta, a que a freguesia da Ponta do Largo pertende ser annexada, e ate a Junta de Parochia dos requerentes reunida no seu presidente por nao haver noticia semas de outro vogaal que ainda nao tenha prestado juramento, sao todos conformes em reconhecer o interesse publico de se effectuar a desannexação. Os Fiscaes da Coroa e Fazenda reunidos em conferencia nos termos do Decreto de 9 de Junho de 1870 foram unanimemente de parecer que, verificandoy, como estao, todos os requisitos do Decreto de 15 de Abril de 1869, a transf. eia



1871 da Prezeria da Ponta do Prago do Couro
Junho e Julgado do Porto Moniz por o da
Catheta está nas circumstancias de
poder ser deferida para os effectos le-
gales. W. J. G. L. S. Vasconcellos

26

N.º 1932
Justiça

Acerea do requerim^{to}
de Eleuterio dos Santos e
M^{re} Maria Custodia
que pedem perdão de toda
pena

8.
Eleuterio dos Santos e Mulher Ma-
ria Custodia, degradados em Luanda,
pedem no requerimento junto per-
dão do resto da pena e a dividida
Os Sup.^{tes} foram ambos condemna-
dos na Comarca de Torres Vedras,
em degrado perpetuo para Africa Occi-
dental, pelo crime de offensas corporaes,
de que resultou a morte da mãe
e noia da F. Foram circumstan-
cias concomitantes do crime - a van-
tagem de 2 contra uma mulher
inferma - actos de crueldade desne-
cessarios dentro da casa, em que to-
dos habitavam - as relações de parentesco
e o mau comportamento anterior dos
dois. Taprou em julgado aquella pena
em 18 de Fevereiro de 1864, data do
acordão que negou a revista, e tem
os Sup.^{tes} getto annos cumpridos de de-
grado. Para um crime que atacou
tão profundamente a sociedade e as rela-
ções mais intimas da familia dentro
do proprio lar domestico acompa-
nhado do mau comportamento